

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 97.957 - SP (2018/0106026-6)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**RECORRENTE** : RENATO ROSIN VIDAL  
**RECORRENTE** : KLAUS PHILIPP LODOLI  
**ADVOGADO** : CÉSAR AUGUSTO MOREIRA - SP129373  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por RENATO ROSIN VIDAL e KLAUS PHILIPP LODOLI contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do HC n. 2011726-10.2018.8.26.0000.

Extraí-se dos autos que o Juízo Singular, em 09/01/2018, decretou a prisão preventiva dos recorrentes, por terem supostamente praticado os delitos de organização criminosa, estelionato, falsidade ideológica, fraude processual e quebra de sigilo bancário.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem em acórdão que restou assim ementado, *in verbis*:

- 1- *Habeas corpus*
- 2- *Decisão com suficiente motivação.*
- 3- *Fato criminoso que justifica a prisão processual A periculosidade é causa para a decretação da custódia provisória.*
- 4- *Writ denegado. (fl. 315).*

No presente recurso, alega ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal. Defende que as condutas dos recorrentes em nada afetaram o andamento das investigações pelo órgão acusatório, aduzindo ser suficiente a aplicação de medidas cautelares alternativas ao cárcere para garantir a conveniência da instrução criminal.

Ressalta que não foram apresentados fundamentos idôneos para a decretação da segregação antecipada, a qual estaria baseada na gravidade do delito. Invoca o princípio da não culpabilidade.

Enfatiza o caráter excepcional da custódia preventiva e destaca as condições pessoais favoráveis dos acusados.

# Superior Tribunal de Justiça

Requer, assim, a revogação da prisão preventiva do recorrentes, sem prejuízo da aplicação das medidas cautelares alternativas ao cárcere.

Liminar indeferida às fls. 568.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (fls. 553/557).

É o relatório.

Decido.

O presente recurso está prejudicado.

Isso porque constatou-se que o Supremo Tribunal Federal, em sessão de julgamento realizada em 12/11/2019, concedeu a ordem, nos autos do HC n. 153.867/SP, lá impetrado, para revogar a prisão preventiva dos recorrentes, sendo expedido alvará de soltura em favor deles.

Desse modo, constata-se a perda superveniente do objeto do presente *writ*.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 20 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator